

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UFMG
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE
RACIAL NA ESCOLA

Edineia Cristina da Cruz Santos

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE RACIAL: ALGUMAS
REFLEXÕES A PARTIR DA SALA DE AULA

Belo Horizonte

2016

Edineia Cristina da Cruz

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE RACIAL: ALGUMAS
REFLEXÕES A PARTIR DA SALA DE AULA

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Políticas de Promoção da Igualdade Racial na Escola, pelo Curso de Especialização em Políticas de Promoção da Igualdade Racial na Escola, da Faculdade de Educação/ Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientador(a): Marlene Araújo

Belo Horizonte

2016

Edineia Cristina da Cruz

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE RACIAL: ALGUMAS
REFLEXÕES A PARTIR DA SALA DE AULA

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Políticas de Promoção da Igualdade Racial na Escola, pelo Curso de Especialização em Políticas de Promoção da Igualdade Racial na Escola, da Faculdade de Educação/ Universidade Federal de Minas Gerais.

Coordenadora: Ana Amélia Laborne
Orientador(a): Marlene de Araújo

Aprovado em 09 de abril de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Nome orientador – Faculdade de Educação da UFMG

Nome do Convidado – Instituição a que pertence

RESUMO

A escolha por esta pesquisa tem a intenção de refletir com os estudantes as relações étnico-raciais, construção de identidade cultural e étnica, conceito de racismo, discriminação e preconceito que acontecem no cotidiano escolar. Neste estudo, a partir da prática realizada, será possível aprender em primeiro lugar conceitos sobre o racismo, a discriminação e o preconceito que permeiam as relações interpessoais no cotidiano da sala de aula e que vão influenciando negativamente na formação cidadã dos/as estudantes. Desta forma, o pilar fundamental para as discussões e reflexões será com a lei 10639/03 que propiciará estudos aprofundados sobre a temática no ambiente escolar. Discutir sobre as relações étnico-raciais no ambiente escolar é fundamental para a sociedade brasileira como um todo. Pois vivemos numa sociedade que vem sendo marcada historicamente por desigualdades sociais que precedem desde a época da escravidão e se perpetua até os nossos dias. Em segundo lugar, vem a questão do ambiente escolar(sala de aula), onde crianças negras agridem verbalmente outras também negras de nomes perjurativos como “ macaca” “neguinha” “nega do cabelo duro” como se elas não fossem negras como as demais. Diante deste contexto, iniciei a proposta de trabalho com o teste da boneca, que causou um grande impacto, pelo fato de serem crianças bem pequenas e que já tinham uma noção da imagem do/a negro/a na sociedade. Logo após foi realizado o trabalho com o teste do pescoço, que seria a identificação do contingente de pessoas negras e que trabalham em funções subalternas do comércio e escritórios, como também quem são as pessoas que utilizam o transporte público, o serviço do posto de saúde, quem são os alunos que frequentam as escolas públicas, este último foi para causar reflexão. Próximo passo foi ver e dialogar sobre o filme “Vista minha pele”, na qual eles deveriam descrever que contexto era aquele, o que acontecia quem eram os personagens e por quê? Existia alguma semelhança com o nosso cotidiano da sala de aula ou da escola? Foi uma discussão instigante e muito rica de reflexões, participação e opiniões a acerca dos acontecimentos vivenciados. Assim diante das experiências vivenciadas, fomos estudando os conceitos, e aprofundando os conhecimentos acerca da lei 10639/2003 e o seu contexto histórico de criação.

Palavras-chave: Discriminação, preconceito, diversidade, escola e educação.

ABSTRACT

This theme was chosen with the intention of do have reflective work with the students about ethnic- racial matters, building of cultural and ethnic identity, racism, prejudice and discrimination that happen inside school on a daily basis. In this study, having the practice as a starting point, it will be possible firstly learn about the concepts of racism, prejudice and discrimination that permeate the interpersonal relations inside the school and have negative influence on the citizen education of the students. This way, the milestone for the discussion and reflection will be the 10639/03 law, that will provide detailed studies about the theme in the school environment. Discussing about the ethnic –racial matters at school is vital for the whole Brazilian society. We live in a historically uneven society, since slavery days until today. Secondly, there is the issue of the school environment (classroom) where black children verbally assault other black children calling them name such as “ monkey” “nigga” or “ bad hair nigga” as if they weren’t black like the others. In light of this context, I started the work with the “doll test” which had a big impact, because since really young, the children already had an idea of the image of the black people in society. Right after, the “neck test” was done, to identify the number of black people working in subordinate positions in shops and offices, as well as people who use public transport and children that go to public schools for them to reflect. Later, we watched and discussed the movie “Vista minha pele” where the students reflected, and answered some questions comparing the film with their own reality. After the experience we studied concepts and learning more deeply about the 10639/03 law and its historical context of creation.

Key words: discrimination, diversity, education, prejudice, school

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	09
2. DESENVOLVIMENTO	10
3. CONCLUSÃO	34
4. REFERÊNCIAS	38

INTRODUÇÃO

“Sem identidade, somos um objeto da história, um instrumento utilizado pelos outros, um utensílio. E a identidade é o papel assumido: é como numa peça de teatro em que cada um recebe um papel para desempenhar” (KI-ZERBO, Joseph, 2006, p.12).

A epígrafe acima destaca a importância de se construir uma identidade, assumirmos um papel diante da sociedade, é neste sentido que o trabalho foi realizado, os objetivos foram o de trabalharmos a questão da construção da identidade do sujeito, contribuir com sua formação de maneira que eles/as se reconhecessem como pertencentes a um determinado grupo social e étnico-racial. Desta forma, entendemos que a construção de identidades individuais e de grupo, depende de cada um e ao mesmo tempo de todos/as com os/as quais convivemos, compartilhamos experiências. De acordo com Gomes (2005), a identidade não é inata, refere-se a uma maneira de ser e de estar no mundo. Não sozinho, mas com os outros. Também, a identidade não está presa apenas ao nível cultural. Ela envolve, em cada sociedade, tanto o nível cultural quanto os níveis sociopolíticos e o nível histórico. Assim, “o meu mundo, o meu eu, a minha cultura, são traduzidos também através do outro, de seu mundo e de sua cultura. [...] é como o processo de espelhamento”(GOMES, 2005, p. 42). Neste sentido é que para nós afrobrasileiros é um desafio muito grande o de se construir uma identidade positiva, pois a sociedade colocava que para o negro ser aceito, deveria negar-se a si mesmo, para ser aceito neste convívio. Kabengele Munanga, (2004 a, p.109) afirma que:

“ [...] O processo de construção da identidade brasileira, na cabeça da elite pensante e política, deveria obedecer a uma ideologia hegemônica, baseada no ideal do branqueamento. Ideal esse perseguido individualmente pelos negros e seus descendentes mestiços para escapar aos efeitos da discriminação racial, o que teve como consequência a falta de unidade, de solidariedade e de tomada de uma consciência coletiva.”(Munanga, 2004, p. 104)

Assim, o poder da ideologia do branqueamento é legitimado no indivíduo de cor, ao se reconhecer negativamente em detrimento do positivismo do outro, pois são eles/as considerados os únicos bons e os perfeitos. Neste sentido, o melhor que se pode fazer é negar a condição humana de ser negro/a e assimilar os valores e a cultura do/a branco/a dominante,

isto enfatiza que esta negação não foi criada pelo/a negro/a. Diante deste cenário, espera-se que após a realização deste trabalho, as crianças possam compreender os conceitos de racismo, preconceito e discriminação, a identificar e lutar contra as práticas racistas e discriminatórias existentes no cotidiano escolar bem como aprendam a valorizar sua cultura e se reconhecer como um sujeito que produz história. Espera-se também que ele possam mudá-la a partir de seus conhecimentos e lutas. Certamente, acredita-se que este movimento produzirá muitas ações e práticas que serão reformuladas, ressignificadas e outras tantas abandonadas.

I CAPÍTULO - Preconceito, racismo, discriminação e o mito da democracia racial

A escola é um espaço sociocultural. É nela que se trabalham valores e se vivenciam experiências humanas e culturais. Entretanto, estas experiências construídas coletivamente muitas vezes acabam por excluir determinados grupos, por terem sido produzidas por um único grupo dominante, que se sobrepõe a cultura de outros grupos, constituindo a cultura hegemônica. Mesmo sendo este um espaço formativo, acontecem formas diversificadas de preconceito, discriminação e ou racismo. Entretanto é nela que se reproduz mecanismos sutis, fragilizando alunos/as e que não contribui com sua formação de sujeito histórico, que faz a história desta sociedade.

1.1 Preconceito e Mito da Democracia Racial

Segundo Kabengele Munanga em entrevista a TV Boa Vontade (2016):

“Preconceito como o próprio termo diga preconceito é uma ideia preconcebida, um julgamento preconcebido sobre os outros, os diferentes, sobre o qual nós mantemos um bom conhecimento. E o preconceito é um dado praticamente universal, pois todas as culturas produzem preconceito. Não há uma sociedade que não se define em relação aos outros. E nessa definição acabamos nos colocando em uma situação etnocêntrica, achando que somos o centro do mundo, a nossa cultura é a melhor, a nossa visão do mundo é melhor, a nossa religião é a melhor, e acabamos julgando os outros de uma maneira negativa, preconcebida, sem um conhecimento objetivo. Isso é o preconceito, cuja matéria prima são as diferenças, sejam elas de cultura, de religião, de etnia, de raça no sentido sociológico da palavra, de gênero, até de idade, as econômicas. Todas as diferenças podem gerar preconceitos”.

(MUNANGA, TV, Boa Vontade, 2016)

Esta definição de preconceito, nos remete a própria formação do povo brasileiro, que tem como característica principal a diversidade que é reconhecida nas palavras do professor, que afirma que a matéria prima são as diferenças, na cultura, religião, etnia, raça gênero e até mesmo de idade e as econômicas, que estão presentes em nosso cotidiano. Assim, sabemos que o ambiente escolar está permeado por estas diferenças. É neste contexto que o preconceito

aparece, mas nem sempre de forma clara, na maioria das vezes ele é velado, não evidenciando as suas reais intenções por parte de quem o pratica.

Pois ele acontece nas mínimas atitudes, como nas expressões utilizadas para ressaltar as questões estéticas de determinados alunos/as, a inteligência e capacidade dominante de outros, como evidencia no filme “Vista minha pele”, em que a troca de papéis sociais entre negros/as e brancos/as ressalta que não é uma questão de étnico-racial, que define muitas vezes o sucesso ou fracasso escolar e sim a forma como determinados grupos sociais são tratados e manipulados de tal forma, que se enxergam incapazes de avançarem em todos os aspectos sociais, culturais e intelectuais. Pois são a todo o momento estigmatizados como algo negativo e ou ruim, é isso o que o filme retrata com tanta veemência em relação à garota branca no filme.

As experiências de preconceito racial vividas na escola, que envolvem o corpo, o cabelo e a estética, ficam guardadas na memória do sujeito. Mesmo depois de adultos, quando adquirem maturidade e consciência racial que lhes permitem supera a introjeção do preconceito, as marcas do racismo continuam povoando a sua memória. (GOMES, 2003, p.167).

É desta maneira que a nossa cultura social nos colocou, negros/as e brancos/as nesta sociedade, pois mesmo depois de adultos, muitos de nós ainda não temos a nossa identidade racial construída. Pois fomos educados/as para que concebêssemos a ideia de que no Brasil não existe racismo, e isto é o mito da democracia racial, que permeia as relações interpessoais dentro e fora da escola. Partindo disso, o professor Kabengele em entrevista a TV Boa Vontade (2016) afirma em relação ao mito da democracia racial:

“Esse mito (da democracia racial) já faz parte da educação do brasileiro. E esse mito, apesar de desmistificado pela ciência, a inércia desse mito ainda é forte e qualquer brasileiro se vê através desse mito. Se você pegar um brasileiro até em flagrante em um comportamento racista e preconceituoso, ele nega. É capaz dele dizer que o problema está na cabeça da vítima que é complexada, e ele não é racista. Isso tem a ver com as características históricas que o nosso racismo assumiu, um racismo que se constrói pela negação do próprio racismo”. (MUNANGA, TV, Boa Vontade, 2016)

É de conhecimento dos/as profissionais da educação, que acontece o preconceito e o racismo nas relações entre os/as, alunos/as e professores/as e os demais profissionais da escola. Só que

a forma como a situação é enfrentada é outro fator tão importante ou mais, no que se refere às práticas de racismo e preconceito, assim como é de conhecimento de todos que a educação é terreno propício para essa luta, afim de conseguirmos uma vitória frente a esses conflitos.

1.2 Racismo

[...] Já o racismo é uma ação individual e/ou institucional resultante da aversão, carregada por vezes de um sentimento de ódio, em relação a indivíduos que pertencem a grupos etnicorraciais diferentes dos considerados ideais numa sociedade (MUNANGA; GOMES, 2006, p.11).

O racismo é algo já está instalado de certa forma na nossa forma de viver, nos aspectos cotidianos do dia a dia, em diversas atitudes que nem sempre percebíamos como discriminatórias e racistas, como podemos citar ditados populares como “a fome é negra” nos apelidos “ “Negona” “Príncipe Negro”, nas músicas “Negra do cabelo duro” “fusão Preto” e a música do artista Evair Rabelo “ “Armou chuva” e entre vários/as situações em que o negro era ou é depreciado a todo momento, essas requerem de nós argumentos e estratégias inteligentes afim de que possamos eliminá-las de nosso contexto social. Neste sentido, segundo:

“ [...] o racismo é um sistema de opressão da diferença marginalizada, no qual cada etapa se apoia, nutre-se e se sustenta na outra”. Para a autora a ideologia racista se compõe-se de quatro etapas: 1) a autoria - refere-se conotação científica produzida principalmente pelo campo da medicina, mas legitimada pelo campo da cultura, entre outros; 2) a ambiguidade - resulta de atitudes, ideias discursos paradoxais envolvendo igualmente agressor e vítima; 3) a irresponsabilidade constitui-se na negação dos direitos humanos traduzidas em políticas institucionais e comportamento social de grupos contra o objeto da ideologia racista; e, por fim, 4) a oralidade relaciona-se aos espaços da hierarquia social, na qual quanto mais alto, mais legitimado para desacreditar quem se diz vítima do racismo. (TEODORO, (1966, p. 106)

Analisando este conceito percebemos que o racismo faz parte desde muito cedo do cenário da vida destas crianças negras. Elas vão sendo expostas a mecanismos sutis de discriminação, preconceito e racismo no cotidiano da escola, que não contribuem para sua formação. Ao contrário deixam sua autoestima fragilizada, criando uma imagem negativa de si mesma, se sentindo excluída do meio em que está inserida, ratificando a ideia de que existe uma superioridade entre raças. A criança negra consegue perceber que existe uma diferenciação entre as pessoas e que ela ocorre principalmente pelas “marcas”, isto é, pelo fenótipo,

preponderantemente pela cor da pele, cor dos olhos, tipo de cabelo. Quanto mais escura for a pele de uma pessoa e quanto mais seus cabelos forem crespos mais vezes ela será identificada pelos outros como pertencente ao grupo negro (incluem-se aqui todas as variáveis dessa classificação para esse grupo: pessoa morena, morena escura, afrodescendente, afro-brasileira etc).

Inversamente, quanto mais clara a pele e quanto mais os cabelos forem lisos mais vezes a pessoa será identificada como pertencente ao grupo branco. As vezes classificações como essas (levando-se em consideração fatores biológicos externos) continuam sendo referências importantes para a atribuição de pertencimento de uma pessoa a um determinado grupo. Cabelo e a cor da pele tem seus papéis definidores do lugar racial das pessoas. A percepção de que a questão racial no Brasil passa por compreender o papel desses atributos físicos levou teóricos como Thales de Azevedo (1955), a afirmar que no Brasil não existia preconceito de raça, mas sim de cor. E é isso que a criança começa a perceber desde a sua infância e chega no ensino fundamental com essa noção construída socialmente, de que a cor define o grupo social em que ela está inserida. Queiroz (2004) em pesquisas sobre a condição dos/as negros/as nas universidades federais ressalta que:

“Todos esses mecanismos atuam para excluir a criança negra da possibilidade de usufruir dos benefícios que podem resultar de uma educação bem sucedida, fazendo com que ela abandone a escola, ou cumpra sua escolarização de forma acidentada e precária, o que impede de prosseguir por estágios mais avançados da escolarização ou a fará chegar as portas da universidade uma condição de desvantagem, para competir com estudantes de outros segmentos raciais, com uma história escolar bastante diferenciada”.
(p.142)

Esse trecho enfatiza a perpetuação do racismo e preconceito contra essas crianças negras, que são tratadas com menos afetividade, cordialidade e atenção, pelos fatores biológicos externos citados acima e pelos fatores sociais e culturais a que o negro é submetido na sociedade. Nós educadores/as temos um papel fundamental, na escola, ou seja, o de contribuir na formação desses cidadãos/as, garantindo a eles/as uma educação de qualidade, que oportunize a sua formação acadêmica, independente de sua raça, cor, credo, religião, condição social ou econômica. Neste sentido segundo Gislene em seu livro “Percepções da Diferença, coleção 1 afirma:

Para a formação de crianças negras felizes com o que são, crianças que aprendam a gostar delas mesmas, é necessário o reconhecimento sociocultural do negro e dos valores de origem africana como sinônimos de positividade. Esses valores, presentes nos espaços de formação das crianças, poderão ser incorporados por elas, aceitos e vivenciados sem conflitos. Ao professor cabe também oferecer elementos positivos com os quais as crianças negras possam se identificar. (SANTOS, 2007, p. 45)

1.3 Discriminação

Segundo a Professora Formadora da Diversidade, Flávia Cunha Lima da CEFAPRO (Centro de Formação e Atualização de Professores da Educação Básica do Mato Grosso – Sinop -Barra do Garças, discute a discriminação como:

“A pessoa que faz isso, geralmente, quer valorizar a si próprio e diminuir os demais mesmo “de brincadeira”. É insegura porque não tem capacidade de conviver com os outros e aceitar as diferenças naturais entre os seres humanos. Os preconceituosos e racistas têm dificuldades em aceitar e conviver com a diferença e às vezes, suas atitudes chegam ao delírio e como são medrosos e inseguros, projetam sobre os outros que são inferiores a eles e que não podem ter os mesmos direitos – quando os racistas e preconceituosos agem dessa maneira estão tratando os que eles julgam como inferiores a ele de maneira discriminatória. Discriminação é portanto tratar os outros com inferioridade, se julgando superior.” (LIMA, 2007, CEFAPRO – Barra do Garças)

Ela definiu com muita propriedade o conceito de discriminação, pois neste caso a discriminação aqui elencada não refere-se somente aos/as negros/as, mas aos demais segmentos sociais, índios, homossexuais, idosos, mulheres e principalmente as negras, também sofrem com estas práticas desses sujeitos que não conseguem conviver com as diferenças e se colocam como seres superiores e melhores que os demais seres humanos. Fortalecendo e engajando um pouco neste assunto de suma importância é que o Senador Paulo Pain disse sobre a discriminação no Estatuto da Igualdade racial, lançado em julho de 2009, p. 11:

“ Às vezes somos criticados por defendermos os negros, os índios, os idosos – aposentados ou não – as crianças, as mulheres, a livre opção sexual, os sem teto, os sem terra, os desempregados, os assalariados, os marginalizados, enfim, aqueles discriminados, sejam brancos, negros, índios ou qualquer outra etnia. Que nos critiquem, pois essa é a crítica da hipocrisia. Crítica daqueles que não querem que a raça humana seja efetivamente uma só. Onde todos tenham um lugar ao sol, abrigados pela sombra da mãe natureza. Vida longa aos senhores e senhoras, lutadores da liberdade e da igualdade.”(PAIN, 2009, p. 11)

É a partir desta luta que estamos dialogando, buscando refletindo e aprendendo a lidar com essas questões que são desafiadoras, pois se faz necessário nos munir de conhecimentos, saberes e experiências para o enfrentamento e sairmos do discurso vazio, que nada acrescenta as nossas crianças. Neste sentido, a palavra discriminação, que significa classificar por algum critério, seja a partir do tamanho, cor, espessura, o problema da discriminação começa quando ela é utilizada de forma a hierarquizar indivíduos, impingindo a eles valores negativos.

Assim comungo com as ideias de Gislene Aparecida dos Santos, no “livro Percepções da diferença” que cita um exemplo socialmente construído:

“Por exemplo; crio a categoria bondade, discriminando os bons dos ruins e os hierarquizo de modo a saber que o bom é superior ao ruim. Crio a categoria honetidade, discriminando os honestos dos desonestos e os hierarquizo sabendo que os honestos são melhores do que os desonestos. Crio a categoria altura e discrimino considerando que quem é mais alto é mais atraente do que quem é baixo. Crio a categoria sexo e discrimino o sexo masculino do feminino, afirmando que os homens são mais capazes do que as mulheres. Crio a categoria “raça” e discrimino brancos, negros, amarelos, indígenas, enfatizando que os brancos são superiores a todas as demais “raças”.(SANTOS, 2007, 1ª edição, p. 18)

Diante destas considerações ressalta-se a forma como a discriminação permeia os processos sociais entre indivíduos, classificando conforme os padrões estabelecidos socialmente. É assim que os/as negro/as foram classificados como algo ou coisa negativa e pejorativa na sociedade brasileira e a própria palavra “negro”, foi sendo utilizada de forma negativa em diversas situações como algo ruim, que não presta, que traz maus presságios e tantas outras situações, como vemos também salientado pela mesma autora referenciada na citação acima:

A palavra “negro”, tomada como valor (como um adjetivo), foi associada a uma série de categorias negativas. Aprendemos a pensar que tudo o que é negro é ruim. E ensinamos as crianças a pensar do mesmo modo, visto que essa forma de pensamento é referendada pelo próprio dicionário de nossa língua!!! ”.(SANTOS, 2007, 1ª edição, p. 19)

É verdade, pois os documentos utilizados como referência como o novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa traz o significado da palavra negro em situações desagradáveis, associadas a coisas ruins, como vemos a seguir:

O dicionário ainda nos dá outros sentidos para a palavra “negro”: “câmbio negro” (mercado paralelo de dinheiro, não oficial, ilegal), “lista negra” (lista daquilo que é condenado, reprovado), “magia negra” (magia que é feita visando ao mal de alguém), “mercado negro” (mercado ilegal, ilícito). (Novo Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa, 2003)

Assim, vemos que se torna quase impossível uma pessoa querer se identificar como negro/a, pois estaria ela se associando a algo ruim, desprezível, menos valorizado e incapacitado, e ninguém quer ser considerado assim, muito pelo contrário, todos queremos fazer parte de um determinado grupo, construir a nossa identidade racial e cultural.

II CAPÍTULO - Constituição Federal de 1988, ECA, LDB, PCN's, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana o Estatuto da Igualdade Racial: dos marcos legais às práticas da sala de aula

Diversos trabalhos, entre eles o de Rodrigues (2005) nos mostrou que tanto na Constituinte quanto na elaboração da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), houve participação marcante da militância negra nos anos 80. No entanto, nem a Constituição de 1988 nem a LDB incluíram, de fato, as reivindicações desse movimento em prol da educação. Ainda assim, podemos ressaltar que na Constituição de 1988 em seu texto título I “Dos Princípios Fundamentais”, percebe-se um tratamento genérico relacionado às relações étnico-raciais e as desigualdades sociais, no artigo 3º:

Em seu texto título I Dos Princípios Fundamentais, ela cita em seu artigo 3º inciso &:

“[...] I – Construir uma sociedade livre, justa e solidária;
III – Erradicar a pobreza e a marginalização, e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
IV – Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade, e quaisquer outra forma de discriminação[...]” (Constituição Federal, 1988)

Em relação ao inciso IV, temos muito que avançar, pois ele prevê na forma da lei a promoção do bem de todos/as sem preconceito de qualquer natureza e o que vemos nos contextos que vivenciamos na prática são ações discriminatórias e preconceituosas contra os/as negros/as de qualquer classe social, contrapondo ao que a constituição busca assegurar para o bem de todo cidadão/ã brasileira. E isto, configura uma violação de direitos.

Quanto à educação a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) deve assegurar o cumprimento do princípio constitucional anteriormente destacado, qual seja, o de contribuir na promoção do bem de todos/as os cidadãos/ãs, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor e idade. Diante da exigência de uma sociedade mais justa e igualitária, em 1996 foi aprovada a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) confirmando a necessidade e importância de ações transdisciplinares, ressaltando o resgate da cultura popular e a valorização da pluralidade cultural.

No seu artigo 26 é bem expresso a questão da Diversidade, onde terá de respeitar as características regionais e locais da sociedade, assim como uma base comum: “(...) assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça, como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social (...)” (Constituição Federal, 1988, p. 1).

A Constituição Federal e a LDB, foram elaboradas para garantir os direitos de todos/as os/as cidadãos/ãs, pois sabemos que cor não determina a capacidade de qualquer ser humano, ela é apenas mais uma diferença, como a cor dos olhos, o tamanho dos pés, e o tipo de cabelo.

O Estatuto da Criança e do Adolescente -ECA prima também pelo reconhecimento de direitos independente dos atributos de cada sujeito, em seu capítulo II, do Direito à Liberdade, ao Respeito e a Dignidade, em seus artigos 15 e 16 ressalta que:

[...] liberdade, ao respeito e a dignidade como pessoas humanas no processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na constituição e nas Leis; [...] a educação, visando o pleno desenvolvimento de sua pessoa, [...] igualdade de condição para o acesso e permanência na escola; direito de ser respeitados por seus educadores; e ter respeitado os valores culturais, artísticos e históricos próprios no contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a este a liberdade de criação e o acesso às fontes culturais.(ECA, 1990)

A citação acima nos remete as reflexões de que as leis são construídas para garantir direitos, sejam eles civis, sociais, culturais e vários outros que permeiam o processo educacional da criança. Mas como concretizá-los de forma efetiva na prática cotidiana, que muitas vezes é excludente, principalmente com estudantes negros/as. Como envolver os principais atores neste processo de desconstrução do mito da democracia racial, na construção de uma identidade racial positiva? Como enfrentar o racismo, a discriminação racial, e o preconceito dentro do ambiente da sala de aula? São questões que orientarão as propostas de trabalho que serão citadas mais a frente.

Neste contexto, a partir das pressões sociais do Movimento Negro o governo federal sancionou, em março de 2003, a Lei nº10.639/03-MEC, instituiu a obrigatoriedade da Educação das Relações Étnico-raciais e Ensino da História da Cultura Afro-brasileira e Africana no currículo escolar do ensino fundamental e médio.

Segundo a SEPPIR (Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial) na pessoa de Matildes Ribeiro quando fora ministra desta secretaria, relata que essa decisão

resgata historicamente a contribuição dos/as negros/as na construção e formação da sociedade brasileira. Após a promulgação da Constituição de 1988, o Brasil busca efetivar a condição de um Estado democrático de direito com ênfase na cidadania e na dignidade da pessoa humana. Contudo, ainda possui uma realidade marcada por posturas subjetivas e objetivas de preconceito, racismo e discriminação aos afro-descendentes, que, historicamente, enfrentam dificuldades para o acesso e a permanência nas escolas.

Para entender a complexidade do tema abordado, faz-se necessário entender que no Brasil, historicamente, não há como negar as relações assimétricas de poder travadas entre as diferentes matrizes culturais e raciais. Assim, segundo Souza e Crosso (2007), a educação das relações raciais se apresentam na atualidade como uma possibilidade para tratar a diversidade, por meio do incentivo ao conhecimento sobre pluralidade étnico-racial e da reeducação de atitudes, valores, posturas dos cidadãos, através do diálogo e da interação com diferentes culturas.

Outro documento que contempla, ainda que genericamente as diversidades culturais, referindo-se à construção identitária e às representações que se fazem dos sujeitos no ambiente escolar, são os PCN's, documento introdutório. Desta forma, estes documentos expressam sobre esta temática na p. 60,

(...) a atenção à diversidade é um princípio comprometido com a equidade, ou seja, com o direito de todos os alunos realizarem as aprendizagens fundamentais para seu desenvolvimento. Quando o sujeito está aprendendo, se envolve inteiramente. O processo, assim como seu resultado, repercutem de forma global. Assim, o aluno, ao desenvolver as atividades escolares, aprende não só sobre o conteúdo em questão mas também sobre o modo como aprende, construindo uma imagem de si como estudante. Essa auto-imagem é também influenciada pelas representações que o professor e seus colegas fazem dele e, de uma forma ou outra, são explicitadas nas relações interpessoais do convívio escolar. Falta de respeito e forte competitividade, se estabelecidas na classe, podem reforçar os sentimentos de incompetência de certos alunos e contribuir de forma efetiva para consolidar o seu fracasso. (PCN's, 1997, p. 60)

Neste sentido, a educação para as relações étnico-raciais nos convida a um novo olhar, mudanças e posturas. Ela nos propõe a promover a desconstrução do mito da democracia racial, o reconhecimento da cultura negra que até o presente momento,

mesmo depois de tantas lutas, ainda está a margem da sociedade. Seguindo esta linha de pensamento o Conselho Nacional de Educação nos aponta que:

“ A educação das relações étnico-raciais tem por objetivo a divulgação e a produção de conhecimentos, bem como atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e negociar objetivos comuns que garantam a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira (CNE/CP Resolução 1/2004, Art. 2º § 1º).

Neste sentido, realizar um trabalho de formação do sujeito não é algo simples e nem acontece instantaneamente, é uma construção diária, é um diálogo constante do eu sou e do eu vir a ser. Assim, cada educador/a subsidiado/a por todos estes e outros atos normativos, pode e deve propor um trabalho sobre esta temática das relações étnico-raciais, permeando todas ações e práticas no ambiente escolar e principalmente o da sala de aula, na qual os conflitos aparecem com maior intensidade, devido ao estabelecimento de relações mais próximas.

Dando continuidade a estas reflexões a partir dos documentos oficiais que regem as leis, percebe-se eles foram criados com o objetivo de assegurar aos cidadãos afro-brasileiros os mesmos direitos que o grupo dominante possui. Assim o Estatuto da Igualdade Racial reúne um conjunto de ações e medidas especiais que busca assegurar os direitos principalmente dos/as negros/as que há muito tempo são tratados de forma marginalizada na sociedade. Enfim, ele assegura vários direitos, como por exemplo:

[...] Políticas voltadas para a inclusão de afrobrasileiros no mercado de trabalho;
[...]O sistema de cotas buscará corrigir as inaceitáveis desigualdades raciais que marcam a realidade brasileira;
Serão respeitadas as atividades educacionais, culturais, esportivas, e de lazer adequadas aos interesses e condições dos afrobrasileiros;
A disciplina “ História da Geral da África e do Negro Brasileiro”integrará oficialmente o currículo do ensino fundamental e médio, público e privado. Será o conhecimento da verdadeira história do povo, das raízes da nossa gente.[...](Estatuto da Igualdade Racial, 2010, p. 07)

2.3 LEI 10639/2003 e seus desdobramentos

A LDB 9396/96 foi alterada em seus artigos 26A e 79B pela lei 10639/03, instituindo a obrigatoriedade da Educação das Relações Étnico-raciais e Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, e a lei 11645/2008 que inclui a questão indígena. Em

específico a lei 10639/2003 visa possibilitar a existência de trabalhos que de fato valorizem a cultura negra.

Negros/as não se viam e retratados/as e reconhecidos/as nos contextos sociais e culturais de forma afirmativa, principalmente na educação, nesse sentido, a partir das lutas do Movimento Negro, tornam-se significativas as exigências por valorização e reconhecimento de sua história que foi omitida durante décadas. A lei preconiza a garantia do desenvolvimento de posturas de reconhecimento deste grupo étnico-racial e suas culturas, que foram e são negligenciadas ainda por grande parte da sociedade. Segundo as Diretrizes Curriculares para a Educação Étnico Raciais a lei 10639/03 pode ser considerada:

“ A lei n. 10639/2003 pode ser considerada um ponto de chegada de uma luta histórica da população negra para ser retratada com o mesmo valor dos outros povos que para aqui vieram, é um ponto de partida para uma mudança social. Na política educacional, a implementação da lei n. 10639/2003 significa ruptura profunda com um tipo de postura pedagógica que não reconhece as diferenças resultantes do nosso processo de formação nacional. Para além do impacto positivo junto à população negra, essa lei deve ser encarada como um desafio fundamental do conjunto das políticas que visam a melhoria da qualidade da educação brasileira para todos e todas.” (BRASIL,2004,p.12)

A promulgação da lei foi a vitória de um grande desafio, o de apresentar a sociedade as contribuições dos povos que fizeram história neste país para além da população branca, que é representada a todo momento em materiais didáticos, propagandas, documentários e em vários ambientes. Assim, afirma o antropólogo Kabengele Munanga em uma entrevista à Boa Vontade TV, em 29 de Janeiro de 2016,

Se colocarmos as questões “quem somos, de onde viemos e por onde vamos?”, vamos ver que o Brasil nasceu do encontro das culturas, das civilizações, dos povos indígenas, africanos que foram deportados e dos próprios imigrantes europeus de várias origens. Comemoramos os cem anos da imigração japonesa, e fala-se mais dos cem anos da imigração japonesa do que dos 600 anos da abolição. Então, se queremos saber quem somos, devemos conhecer todas as nossas raízes, aqueles povos que formaram o Brasil, alguns dizem que somos um país mestiço, mas essa mestiçagem não caiu do céu. Já que não queremos reconhecer a diversidade das coisas, suponhamos que sejamos todos mestiços, vamos pelo menos estudar as raízes da nossa mestiçagem, isso faz parte da nossa cultura. Mas o brasileiro não se incomoda, o brasileiro quer se ver como europeu ocidental, parece que o brasileiro não se enxerga”.(Munanga, 2016, TV Boa Vontade)

Entretanto, estes materiais didáticos, livros didáticos e paradidáticos, de literatura entre outros, sejam elaborados por pesquisadores/as e estudiosos/as, pessoas que conhecem a verdadeira história, há negligência quando a contribuição dos/as negros/as, indígenas e outros povos que também fizeram e construíram a história deste país.

Diante de todo este contexto do trabalho com a lei 10639/03, é que salientamos o nosso desafio, e que não é só a promulgação da lei que irá garantir que o trabalho com essa temática aconteça de fato no cotidiano da escola. Pois existem outros entraves que muitas vezes inviabilizam a realização do mesmo. Neste sentido são vários pontos que nos chamam a atenção em relação aos/as docentes, o desafio do enfrentamento da situação de preconceito racial, a carência de formação, a própria apatia por pesquisar documentos e materiais que subsidiem a discussão e por fim o silêncio de que o racismo não acontece em sala de aula. Fica uma questão, como efetivar este trabalho na sala de aula? E é esse olhar que temos que desmistificar nas salas de aula, pois nossas crianças já chegam ao ensino fundamental com algumas formações advindas do meio na qual vive.

É neste ponto que entra a intervenção do/a professor/a em todos os sentidos, não só o de esclarecer, mas de apresentar o maior número de facetas de uma cultura dominante que é reproduzida de diferentes formas nos meios de informação tais como: uma simples propaganda de T.V, do shopping, do ônibus, do jornal e nos mais diversos contextos que os prestigiem e os mantenham ideologicamente e economicamente no topo da pirâmide da branquitude. Não é só construir uma identidade, é se ver com essa identidade de forma positiva, pois nenhum sujeito quer ser ou parecer com algo ou alguém que é visto de forma marginalizada, incapacitado, feio e tantos outros estigmas criados ao longo da nossa história.

O trabalho do educador deve seguir os princípios presentes no currículo escolar, que precisa ser baseado em uma educação multicultural, capaz de reconhecer a diversidade racial, cultural e étnica, com o intuito de preservar a diversidade brasileira. Para o professor existe um desafio imenso de trabalhar com essa temática, pois cabe a ele ser o mediador do conhecimento, proporcionando debates, discussões, estímulos e oferecendo condições ideais para os alunos conseguirem ampliar seu repertório de conhecimentos e sua visão de mundo no decorrer do processo de ensino-aprendizagem, uma tarefa que requer do educador o domínio de saberes críticos, capaz de contestar valores cristalizados socialmente(FIGUEIRA,1991, p.87).

Como trabalhar com materiais pedagógicos se os mesmos estão respaldados numa visão estereotípica do/a negro/a sempre como escravo, como desfavorecidos, os/as brancos/as sempre dominantes e inteligentes, desvalorizando todas as culturas e a diversidade cultural e étnico-racial do nosso país? Assim me reporto novamente ao antropólogo Munanga Kabengele em entrevista à Boa Vontade TV em 29 de janeiro de 2016 diz:

“O brasileiro gostaria de ser considerado como europeu, como ocidental. Isso está claro no sistema de educação. Nosso modelo de educação é uma educação eurocêntrica. A escola é o lugar onde se forma o cidadão, onde se ensina uma profissão. Há escolas que sabem lidar com os dois lados da educação: ensinar a cidadania e a profissão. A história que é ensinada é a história da Europa, dos gregos e dos romanos. No entanto, quem são os brasileiros? Os brasileiros não só descendentes de gregos e romanos, de anglo-saxões e de europeus. São descendentes de africanos também, de índios, e descendentes de árabes, de judeus e até de ciganos. E se olharmos o nosso sistema de educação, onde estão esses outros povos que formaram o Brasil? Então, há um problema no Brasil, além de essas pessoas serem as maiores vítimas da discriminação social, no sistema de educação formal elas não se encontram, elas são simplesmente ocidentalizadas, são simplesmente embranquecidas.” (Munanga, 2016, TV Boa Vontade)

Desta forma, mesmo com várias críticas ao documento inicial de atualização da BNCC (Base Nacional Comum Curricular) ela traz algumas contribuições com a educação nacional, pois procura tratar os iguais como iguais realmente, respeitando a singularidade de cada cidadão presente no solo brasileiro e assegurar o direito à educação prevista na Constituição Brasileira. Segundo a atualização inicial do documento da Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, prefácio, 2015, p. 5) relata que:

“[...] Essas diretrizes possam inspirar as instituições educacionais e os sistemas de educação, na elaboração de suas políticas de gestão, bem como seus projetos político-pedagógicos, com vistas a garantir o acesso, a permanência e o sucesso dos alunos resultantes de uma educação de qualidade social que contribua decisivamente para a construção de sociedade mais justa e mais fraterna.” (BNCC, 2015, p.5)

Diante deste cenário, documento prevê a igualdade de direitos a todos os sujeitos que fazem parte da educação, respeitando suas culturas, etnias e religiosidades e assegurando a ele exercer sua cidadania plena no país em que nasceu, é um avanço para todos os cidadãos/ãs brasileiros/as.

Seguindo a linha de pensamento do antropólogo Kabengele Munanga, pois ele consegue ir no cerne do problema e é um ativista maravilhoso, desnuda a educação de forma clara e transparente, quanto às questões do racismo, preconceito e discriminação que ainda faz, infelizmente parte do nosso cotidiano. Ele evidencia o que deve ser transformado, para que se atinjam os objetivos propostos, que são a mudança, a valorização, o reconhecimento de povos que fizeram e constroem nossas histórias.

Equivale dizer que os descendentes dos/as africanos/as escravizados/as no Brasil, bem como todos os grupos étnico-culturais precisam saber e reconhecer que esses cidadãos/ãs merecem respeito, dignidade e reconhecimento. E quando isto se faz presente em documentos nacionais, reforça ainda mais a nossa luta pela igualdade social e direitos, principalmente, o direito à educação de qualidade. Pois, somos e fazemos a história deste país, são as nossas diferenças que enriquecem a nossa cultura, transformando o cotidiano escolar em lugar enriquecedor e de conhecimentos, onde todos podem interagir e conviver juntos respeitando-se as diferenças.-

Assim o/a professor/a tem papel fundamental neste processo, ele não pode se omitir de situações que depreciem qualquer criança, ele tem o compromisso de repensar a sua prática pedagógica, seus princípios enquanto educador/a e enquanto ser humano diante do racismo, avaliando como o racismo se apresenta e é representado no meio escolar e social, para que tenha conhecimento dos “mecanismos de produção e reprodução e mutação de preconceitos e discriminações na instituição escolar.”(SILVA,2000:73)

Existe outra vertente favorável deste processo que seria a contemplação da lei nos Projetos Político-Pedagógicos das escolas, já que são eles que orientam ou deveria orientar o fazer pedagógico da escola e dos/as professores/as e propõe não só a escola realizar este trabalho, mas todos os atores envolvidos nos processos de ensino-aprendizagem. Diante disso, a escola junto com sua comunidade deverá registrar e implementar a lei 10639/03 em seu PPP, pois assim poderia ser assegurado o trabalho com a história da África e cultura africana e o estudo das relações étnico-raciais no Brasil. O trabalho com certeza não se restringirá a apenas datas comemorativas que não propiciam reflexões, discussões e nem mudanças de posturas, valores e atitudes por

partes dos/as alunos/as, professores/as e comunidade escolar. Segundo Kabengele Munanga (2005,p. 200) reforça essa ideia ao dizer que:

“ Cabe ao professor retirar do projeto pedagógico em desenvolvimento na escola, aqueles objetivos que digam respeito à cidadania e a democracia e permitam ao aluno um trabalho continuado contra o racismo, o preconceito e a discriminação [...]. O Brasil precisa de professores dispostos a fazer a revolução das pedagogias. Cada um de nós esta convidado a entrar este grupo.”(Munanga, 2005, p.200)

2.3 CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE CULTURAL E RACIAL DESDE A INFÂNCIA

Segundo a Profª Drª Maria Aparecida Silva Bento em uma Carta aos Profissionais da “Educação Infantil no livro Educação Infantil”, práticas promotoras de igualdade racial”, ela afirma que:

“A identidade tem mil faces, mas há duas características que contribuem de forma decisiva para sua formação: a relação que estabelecemos com o nosso corpo e a relação que estabelecemos com o grupo ao qual pertencemos”(BENTO, 2012, p.9)

A discussão sobre identidade racial dos sujeitos(criança) neste trabalho é buscar entender como o sujeito se percebe enquanto raça/cor, e qual o papel da cultura nesta construção. Pois, a cultura constitui parte constante das relações vivenciadas pelas crianças, que já trazem de suas vivências traços da cultura incorporados de seu cotidiano e que vão se constituindo-as enquanto sujeito.

Desse modo, a escola pode contribuir para transformar o mundo, somos agentes referenciais na educação das nossas crianças, com oportunidade de trabalhar não só uma educação acadêmica formal, mas uma visão crítica do mundo, provocando reflexões, que nos possibilitem participar e contribuir de forma crítica e participativa do meio em social a qual vivemos. Acreditamos que somos sujeitos históricos, fazemos história. Assim, detemos a possibilidade de transformar o futuro do nosso país, mas para isso aconteça precisamos estar engajados nesta luta, como convidou o antropólogo Kabengele Munanga na entrevista supracitada.

Em relação a construção identitária lembramos também de Joseph Ki-Zerbo “ Sem identidade, somos um objeto da história, um instrumento utilizado pelos outros, um utensílio. E a identidade é um papel assumido: é como numa peça de teatro em que cada um recebe um papel para desempenhar” (KI-ZERBO, 2006, p.12).

Mas para construirmos esta identidade temos que entender e compreender que esta construção se faz a partir das diferenças e da pluralidade cultural das vivências de cada sujeito, ela não é papel qualquer a ser assumido na sociedade, ela depende da convivência e quando aprendemos a conviver com o diferente e com a diversidade vamos construindo a identidade, ela não é algo construído de uma única vez, vai sendo trabalhada a medida que convivemos com as diferentes culturas, etnias, religiosidades, na família e na escola. Diante disso, Gislene Aparecida dos Santos como Coordenadora da Coleção Percepção da Diferença Negros e Brancos na Escola, volume 1, p. 17 diz:

“Ao construirmos nossa identidade como seres que pertencem a um determinado grupo social, incorporamos os valores que são disseminados na sociedade, na cultura, na família e por meio da educação (escolar ou não escolar) que recebemos. Quando incorporamos esses valores, incorporamos, ao mesmo tempo, os modelos do que são o bom e o ruim. Se a nossa sociedade nos ensina que não roubar é bom, devemos nos identificar, se quisermos ser considerados bons cidadãos, como aqueles que são honestos, assumir como valor e traço de nossa conduta a honestidade. Nesse sentido, aprendemos a valorizar a honestidade e a depreciar a desonestidade. E o que acontece com os desonestos? Serão discriminados como tal.”(SANTOS, Gislene,2007,p. 17)

III CAPÍTULO – Reflexões e Vivências

Diante das reflexões em torno destes cenários de discussões e pesquisas sobre preconceito, racismo e discriminação que acontecem no cotidiano das nossas escolas, onde alguns sujeitos desde a mais tenra idade se deparam com situações conflituosas, agressivas, na qual se veem marginalizados, discriminados por alunos/as e professores/as é que se faz urgente um trabalho nas escolas, que vise desde a infância a construção de uma identidade racial positiva.

Isto porque percebi em diversas situações em sala de aula, brigas entre as crianças, uma chamando a outra de “macaca”, “preta”, cor de “asfalto”, entre tantos outros estereótipos que são falados no sentido de menosprezar, agredir e excluir verbalmente o colega. É incompreensível entender a situação, pois alunos/as negros/as agredindo outros como se fossem superiores e todos eram também afro-descendentes.

Essas situações me causaram grande impacto e reflexões em relação a minha própria identidade. Foi nesta triste realidade, que iniciei o meu trabalho a partir da apresentação e análise vídeo do teste da boneca, este causou certo impacto, pois aquelas crianças de 9 e 10 anos não tinham como não refletirem sobre o que acontecia no vídeo, “Vista minha pele” e confrontar com o que acontecia de fato na realidade. Aproveitei o momento para instigar ainda mais as reflexões. Assim fiz a pergunta: Com quem cada um se parecia no vídeo? Eles/as ficaram bastante chocados, pois teriam que se autodeclarar ou negro ou branco. Uma grande maioria se declarou branco, pois para eles/as naquele momento ser negro era necessário vários atributos que não fosse só a cor da pele, alguns tinham um tom da pele mais escuro, porém o cabelo liso, e assim não se considerava negro/a. Outros já com o tom de pele bem clara, mas o cabelo mais crespo, também não era considerado negro. Então resolvi questionar um pouco mais, quais atributos seriam necessários para ser considerado negro/a? O que eu enquanto professora era para eles negra ou branca? Com essa pergunta eles teriam que refletir um pouco mais, não só com a própria identidade, mas com a de alguém que eles tinham como referência positiva. Desse modo, eu teria que aprofundar os estudos sobre o que é ser negro e quais são os atributos para se considerar negro e de acordo com (NASCIMENTO,2003, p.54) “[...] se a essência do racismo está nessa negação da humanidade do/a negro, o gesto de

assumir e valorizar a identidade negra constitui diametralmente, o seu oposto; a afirmação dessa humanidade”.

Assim se autoidentificar como negro ou como branco depende muito do sujeito, das situações ou até mesmo do grupo social a que ele está inserido e de suas concepções. É sobretudo, uma decisão política. Neste contexto Maria Lúcia Montes afirma que:

“[...]” a ideia do negro de alma branca constitui uma forma terrível de expressão do preconceito. Mas ele explica também porque as pessoas se desidentificam com a sua própria cor. A cor está aí, mas em suma: será que basta ter a cor, basta uma característica biológica da raça para que as pessoas se identifiquem e sejam identificadas, como pertencentes a um determinado grupo étnico? O que estou tentando mostrar é que há uma complexidade infinita de processos sociais que, em contextos e situações determinadas, vão construir diferencialmente sistemas de identificação, os quais vão permitir, em momentos distintos, afirmação de identidade ou não-identificação.”(MONTES, 1996, p.59)

Portanto, fica evidente que há uma divisão histórica da sociedade brasileira, que elegeu uma identidade branca, e as demais foram sendo constituídas a partir de uma hierarquização tendo sempre como superior a branca. Assim, se eu não sou branco e nem negro, eu sou afro-descendente, ou seja pardo ou mestiço, e conseqüentemente faço parte de um grupo, que não dos negro e nem dos brancos, mas não posso ser comparado ao negro. Este pensamento nos leva a crer que essas pessoas não sofreriam discriminações por pertencer a um grupo que é tido como inferior e menosprezado socialmente, que sofre as conseqüências da discriminação e do racismo velado que permeia a sociedade. Segundo Telles(2003):

“ Em outras palavras, a discriminação contra os pardos é menor do que contra os pretos, mas a renda dos pardos se aproxima da dos pretos e não da dos brancos. Sendo assim, a principal segmentação racial se dá entre brancos e não-brancos, mesmo que, geralmente, os pretos sofram mais discriminação dos que os pardos.”(Telles, 2003, p.231)

Nesta perspectiva, e aprofundando um pouco mais sobre a classificação de raça ou cor, o censo do IBGE também nos aponta sobre essa questão, que já tem mais de um século e não foi criada do nada, sendo utilizada até os dias atuais, ela parte da ideia de que:

“Era necessário caracterizar bem o fugitivo para que pudesse ser identificado a partir do texto leva a elaboração de cores compostas, com outros termos de cor definindo nuanças ou como outras categorias de termos étnico-raciais: pardo quase branco, preto retinto, cobre azeviche, preta de angola, crioulo bem preto. (...) nesta grande variedade de termos, três se destacavam de forma inequívoca com os mais usados: preto, pardo e branco. Assim, no primeiro Censo oficial brasileiro realizado em 1872 esses vocábulos raciais de grande fluência social foram os designadores das categorias da classificação racial. (Osório, 2003, p. 18)

Diante deste contexto, era necessário desenvolver outros trabalhos com os/as alunos/as no sentido de perceber e até esclarecer sobre situações de preconceito, discriminação e racismo. Repassei o vídeo Vista minha pele, com o objetivo deles reverem o que estava acontecendo, qual era o contexto social do filme, se eles/as identificavam situação de racismo, preconceito ou discriminação no filme e contra quem isso acontecia. Pedi para fazerem um paralelo com a atualidade, será que isto acontece hoje em dia na nossa escola? De que forma? Onde acontece? Com quais alunos/as? Com brancos/as ou pretos/as?

As respostas recebidas foram instigantes e muito interessantes, pois fiquei surpresa ao perceber que eles sabem das questões do racismo, do preconceito e da discriminação. Eu só não conseguia entender como praticavam isto com os colegas. Assim, decidi aprofundar as reflexões nas respostas dos/as alunos/as. Então percebi que a questão da identidade não era uma situação definida por este grupo, eles/as não tinham uma noção de pertencimento construído no que se refere a identidade negra, principalmente. Era necessário todos os atributos juntos, como tom de pele, o cabelo para que esta definição se consolidasse. Como salientei anteriormente, tem que haver um conjunto deles para se dizer que é negro, caso contrário para estas crianças, elas eram tudo, pardo/a, moreno/a, amarelo, moreninho/a, índio/a, menos negros. Nesta perspectiva, e aprofundando um pouco mais sobre a classificação de raça ou cor, o censo do IBGE (1872) também nos aponta sobre essa questão, que já tem mais de um século e não foi criada do nada, sendo utilizada até os dias atuais, ela parte da ideia de que:

“Era necessário caracterizar bem o fugitivo para que pudesse ser identificado a partir do texto leva a elaboração de cores compostas, com outros termos de cor definindo nuanças ou como outras categorias de termos étnico-raciais: pardo quase branco, preto retinto, cobre azeviche, preta de angola, crioulo bem preto. (...) nesta grande variedade de termos, três se destacavam de forma inequívoca com os mais usados: preto, pardo e branco. Assim, no primeiro Censo oficial brasileiro realizado em 1872 esses vocábulos raciais de grande fluência social foram os designadores das categorias da classificação racial. (Osório, 2003, p. 18)

Os trabalhos não pararam por aí, resolvi então pedir que eles/as fizessem o teste do pescoço, explicando em que consistia o teste. Quando eles/as trouxessem as respostas, iríamos dialogar sobre as situações encontradas.

Assim, ao retornarem na próxima aula dialogamos sobre as respostas encontradas através do teste realizado por eles/as, as reflexões propostas a partir do resultado causaram muitos impactos, pois percebia-se que nunca tinham se dado conta quais eram as pessoas que ocupavam e utilizavam estes espaços, por quê em determinados locais não se via a presença da pessoa branca? A não ser que fossem como proprietário ou utilizando o local como consumidora. O que eles/as questionaram e refletiram foi sobre os ambientes escolar público e o privado. Uma das situações que mais chamou a atenção das crianças foi em relação às escolas privadas, situação está, nunca refletida anteriormente. Eles/as relataram que puderam contar nos dedos de uma mão quantos alunos/as negros/as que haviam entrado na escola durante a observação realizada por alguns alunos/as e no mesmo quesito o número de professores/as negros/as também.

Este último dado foi pra mim uma grande vitória, havia sinais de que eles/as começavam a perceber, qual ou quais lugares que os/as negro/as ocupam em nossa sociedade.

Assim, a cada oportunidade eu aproveitava para salientar não só sobre as questões étnico-raciais que são os pilares do trabalho, mas também para salientar da importância que os têm os estudos, a convivência, os conhecimentos apreendidos na escola e na vida de cada ser humano, pois eles são um dos meios para que consigamos mudanças na qualidade de vida. No entanto ele nos possibilita junto a outras práticas sociais lutarmos por nossos direitos. Tudo isso foi dialogado e refletido com essas crianças. Mostrei a eles/as o meu próprio exemplo de vida, com estudo e dignidade, autoestima fortalecida, fui capaz de lutar e buscar uma melhor condição e qualidade de vida. Pois se assim não o fizermos, a sociedade nos exclui, sem direito a um lugar “ao por do sol”. Para reforçar ainda mais esses ideais, trago aqui as palavras do então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, no 2º prefácio do livro *Superando o Racismo na Escola* de Kabengele Munanga, ele afirma:

“ Não Há preconceito racial que resista a luz do conhecimento, e do estudo objetivo. Neste como em tantos outros assuntos, o saber é o melhor remédio. Não é por acaso que o nazi-facismo queimava os livros.”(CARDOSO, 2º prefácio, 2005, p. 9)

Os comentários das crianças me propiciaram reflexões riquíssimas, e me fizeram perceber alguns apontamentos necessários para aquele momento, embora o tempo já não era suficiente para aprofundar os trabalhos da forma como eu desejava, pois lecionava todas as matérias, com excessão de geografia e história. Assim, por mais que desejasse aprofundar as discussões com meus e ou minhas alunos/as, havia um planejamento a ser cumprido.

Desta forma, com o pouco tempo que me restava antes do encerramento do ano letivo, eu me propus a debruçar com eles/as sobre as questões da lei 10639/03, seu significado, objetivo e criação.

A questão da lei e da formação em serviço, quando efetivada na prática, corrobora com profundas reflexões e impactos não só no ambiente da sala de aula, bem como no cotidiano escolar, e isto não acontece de forma simples e linear, pois esbarra em saberes historicamente construídos, para o professor/a é um grande desafio, pois ele/a são mediadores/as deste processo e da construção dos conhecimentos. Assim, Oliva afirma que:

Silêncio, desconhecimento e representações eurocêtricas. Poderíamos assim definir o entendimento e a utilização da História da África nas coleções didáticas de História no Brasil. [...] Tornou-se evidente também que, quando o silêncio é quebrado, a formação inadequada e a bibliografia limitada criam obstáculos significativos para uma leitura menos imprecisa e distorcida sobre a questão. (Oliva, 2003, p.429)

Entretanto, mesmo diante de todos estes obstáculos dei continuidade a prática, iniciei um trabalho sobre a lei 10639/03, questionado o que os/as alunos/as sabiam a respeito da mesma, seus objetivos, o contexto de sua criação, quando foi criada. Mas como citei anteriormente, eu sentia uma certa apatia por parte de alguns profissionais quando citava as experiências vivenciadas no trabalho realizado, não havia interesse em saber o que de fato estava acontecendo, e isso me causou um certo incômodo. Pois sabíamos bem que estas situações de agressões verbais acontecem com uma certa frequência na escola, mas não se vê uma mobilização em refletir ou ações no sentido de sanar ou mesmo amenizar este contexto.

Muitas vezes a escola se cala diante do racismo, tratando as desigualdades como se fossem “naturais” e perde a oportunidade de trabalhar as diferenças como algo enriquecedor na interação de diversas culturas presentes no espaço educacional. Santos, 2007 afirma que os/as professores/as,

”[...] quando questionados como trabalham frente aos conflitos entre alunos, expressam tratar as questões com conversa, repreensão aos alunos envolvidos e, algumas situações, encaminham para a coordenação pedagógica da escola.”(SANTOS, 2007, p. 71)

Há de se destacar ainda que também existe um profundo silêncio da maior parte dos/as profissionais presentes no espaço escolar, juntamente com o predomínio de currículos escolares que ignoram a presença e, sobretudo, a existência de alunos/as negros/as e de sua cultura, impondo a eles/as um ideal de cultura branca, que destrói a formação digna de uma identidade negra, um processo extremamente impiedoso e assustador.

Para piorar ainda mais este contexto educacional encontramos dificuldades em trabalhar com um currículo proposto na atualidade, pois ele não possibilita um trabalho multicultural, capaz de reconhecer a diversidade étnico-racial, cultural e étnica, que tem como objetivo preservar a dignidade dos sujeitos étnico-raciais. De acordo com Munanga (2005),

O livro didático, de um modo geral, omite ou apresenta de uma na simplificada e falsificada o cotidiano, as experiências e o processo histórico cultural de diversos segmentos sociais, tais como a mulher, o branco, o negro, os indígenas e os trabalhadores, entre outros. A ideologia do branqueamento se efetiva no momento em que, internalizando uma imagem negativa de si próprio e uma imagem positiva do outro, o indivíduo estigmatizado tende a se rejeitar, a não se estimar e a procurar aproximar-se em tudo do indivíduo estereotipado positivamente e dos seus valores, tidos como bons e perfeitos. (Munanga, 2005, p. 23)

De acordo com a citação de Munanga, o que encontramos são na maioria das vezes materiais pedagógicos excludentes, que não propiciam discussões acerca da diversidade cultural e étnica deste país. Os materiais que utilizamos apresentam em sua maioria os/as negros/as na forma de escravos, e não como sujeitos que fizeram e construíram a história desta nação.

Fernandes e Silva (2011) Discutem que a lei incentiva uma análise da prática pedagógica de maneira trans e interdisciplinar de modo a perceber que a

diversidade não está nos livros didáticos, mas sim nos alunos e em suas maneiras de se comportar diante da sociedade. Portanto, é necessário um currículo voltado para a pluralidade cultural.

A constatação deste cenário de discriminação racial sofrida pelas crianças e adolescentes negros/as no cotidiano escolar levou o Movimento Negro de todo o Brasil a denunciar as situações de discriminações sofridas no ambiente escolar, e não só pelos próprios colegas, como também por parte dos profissionais que trabalham nas instituições de ensino. Desta maneira é que não podemos deixar de lembrar que foram e são muitos os movimentos para mudar este triste cenário no âmbito da educação, assim, foi realizado em Brasília um evento no dia 20 de novembro 1995, que contou com cerca de trinta mil participantes recebidos pelo então presidente da república Fernando Henrique Cardoso, na qual o Movimento Negro Unificado tinha como objetivo denunciar o racismo no Brasil, e apresentou proposições antirracistas, nas quais destacam-se as seguintes no campo da educação:

Implementação da Convenção da Eliminação da Discriminação Racial no Ensino.

Monitoramento dos livros didáticos, manuais escolares, e programas educativos controlados pela união.

Desenvolvimento de programas permanentes de professores e educadores que os habilite a tratar adequadamente como diversidade racial, a identificar as práticas discriminatórias na escola e o impacto destas na evasão e repetência de crianças negras.(Movimento Negro Unificado,1995)

E ainda diante destas conquistas não podemos deixar de elencar que ficou assegurada “ a revisão dos livros didáticos, ou a eliminação dos títulos que apresentavam a imagem do negro de forma estereotipada ou representada de forma subserviente, racialmente inferior, entre outras características depreciativas.”(SANTOS 2005, p.25)

Assim segundo Kabengele Munanga em seu livro Superando o racismo na escola afirma que:

O livro didático ainda é, nos dias atuais, um dos materiais pedagógicos mais utilizados pelos professores, principalmente nas escolas públicas, onde, na maioria das vezes, esse livro constitui-se na única fonte de leitura para os alunos oriundos das classes populares. (Munanga, 2005, p. 22)

Neste ínterim é que reforço a importância dos materiais didáticos e dos cursos de formação continuada em serviço, pois nós professores/as utilizamos estes recursos pedagógicos revisados, que legitimem o/a negro/a como um sujeitos que construíram a história deste país. É necessário esta mudança, pois ela possibilitará no ambiente da sala de aula que reflexões capazes de mudar esta realidade existente, onde o/a negro/a ainda hoje é um apêndice da história do Brasil.

O livro didático, de um modo geral, omite ou apresenta de uma forma simplificada e falsificada o cotidiano, as experiências e o processo histórico-cultural de diversos segmentos sociais, tais como a mulher, o branco, o negro, os indígenas e os trabalhadores, entre outros. Em relação à população negra, sua presença nesses livros foi marcada pela estereotipia e caricatura, identificadas pelas pesquisas realizadas nas duas últimas décadas. (Munanga, 2005, p. 23)

Assim como realizar um trabalho de forma coerente, se os livros didáticos nos trazem textos, imagens e documentários que apresentam o/a negro/a como um ser incapacitado, subserviente, vadio, ladrão, vagabundo e uma pessoa mal vista perante a sociedade? Como trabalhar a lei com estes instrumentos didáticos que não propiciam reflexões e mudanças de atitudes, valorização e ações capazes de romper com os paradigmas construídos negativamente sobre o/a negro/a. Uma outra vertente deste processo esbarra na formação de professores/as, pois muitos/as não realizam este trabalho por se sentirem inseguros/as quanto às discussões e o enfrentamento acerca da temática, pois elas nos trazem questões conflituosas que na maioria das vezes não estamos instrumentalizados historicamente, emocionalmente para responder, intervir nas situações existentes. Cabe aqui ressaltar a importância da formação em serviço com a temática sobre as relações étnico-raciais no contexto da sala de aula, e os atos inerentes a esta discussão.

Conclusão

Ainda prevalece na escola o discurso “de que aqui somos todos iguais”, “não existe preconceito na escola”, embora até as paredes mostrem exatamente o oposto. Mesmo passados dez anos da promulgação da lei Federal 10.639/03, que determinou a inclusão da História e Cultura africana e afro brasileira no currículo escolar, ainda estão muito longe de incorporar tal determinação nos conteúdos curriculares que, sem dúvida, poderiam contribuir para a construção de referenciais identitários positivos para a expressiva população negra que temos nesse país.

Nesse contexto, compreendo a força, no espaço micro que é a sala de aula, de minhas práticas pedagógicas que objetivavam contribuir com conhecimentos, ações e atitudes que amenizassem as situações conflituosa que ocorriam na mesma e no ambiente da escola. Foram propostas de trabalho simples, nada inovador, que me revelou tantos desafios e novos conhecimentos dos/as alunos/as, na busca de uma educação antirracista. Procurei articular sempre com que acontecia no período escravocrata e a atual realidade dos/as negros/as, para que eles/as pudessem pensar na forma de ser e agir sobre a vida.

O trabalho proposto me propiciou muito mais a reflexão do que conhecimento por si só, me ajudou a reafirmar a minha condição de negra, e fortalecer a minha identidade junto aos estudantes, possibilitou para ele/as uma referência positiva e que estava bem próxima da realidade de cada um/a deles/as. Por meio do trabalho realizado, me senti instigada a trilhar outros caminhos nesta mesma perspectiva, desejo continuar a plantar estas sementes que irão fazer estas crianças ainda pequenas, a refletirem mais sobre a vida e nas situações cotidianas de todas/os aquelas pessoas que fazem parte de uma minoria diferenciada da sociedade, que são discriminados ou mal tratados pela socialmente.

Reconheço que é por meio destes pequenos movimentos no âmbito da escola, é que se faz também a construção de uma educação antirracista, que visa ir na contramão das ideologias construídas histórica e ideologicamente e, que na maioria das vezes,

privilegiam a classe dominante. Em suma, hoje percebo que ao buscar contribuir para que meus alunos e minhas alunas tivessem referenciais positivos sobre a população negra eu ia me descobrindo enquanto parte dessa coletividade, ia me tornando negra. Percebendo— me como uma “presença que pensa a si mesma, que se sabe presença, que intervém, que transforma, que fala do que faz, mas também do que sonha, que constata, compara, avalia, valora, que decide, que rompe” (FREIRE, 1996, p.18).

Hoje, compreendo muito mais a complexidade da temática das relações etnicorraciais na sociedade brasileira e, por conseguinte, no cotidiano escolar. Assim, deixo aqui apontamentos de que o/a professor/a precisa ampliar a visão de seus/as alunos/as por meio de situações-problema capazes de permitir que as crianças comecem a refletir sobre essa temática, percebendo que ela não se trata de uma “anormalidade”, mas sim de diversidade. Com isso, as relações entre os/as alunos/as vão sendo construídas desde cedo de forma aberta às diferenças, o que contribui profundamente para a perspectiva de uma sociedade mais igualitária e plural.

Portanto, considera-se que o/a professor/a deve constituir seu trabalho baseado no pensamento de transformação, de forma a promover mudanças que levem seus/as alunos/as a um outro status. Isso deve ocorrer por meio de sua prática pedagógica que deve propiciar atividades de aprendizado capazes de favorecer uma visão positiva das relações étnico-raciais, que possibilitam e consolidam o pensamento coletivo da identidade afro-brasileira e suas raízes históricas de forma mais ampla. Mas, para que este/a professor/a realize este trabalho nesta perspectiva é necessária formação continuada em serviço, que vise instrumentalizar o professor para as discussões, reflexões e possíveis intervenções acerca da temática das relações étnico raciais.

Pensando mais além e com base nos trabalhos realizados, percebi que esses programas de formação podem incluir propostas de trabalho pedagógicas que tenham como objetivo trabalhar a temática nos diversos espaços escolares. O trabalho com a educação das relações étnico-raciais exige coragem do/a educadora e esta deve ser estimulada; assim a formação deve orientar, fortalecer e apoiar o trabalho, de forma que o/a educador/a se sinta seguro/a ao trabalhar com as diversidades racial e cultural. Que a formação propicie a ele/a a construção da ideia da diferença como algo positivo; como

também oferecer subsídios pedagógicos para que este/a professor/a saiba como discutir, refletir e intervir em situações conflituosas de racismo, preconceito e discriminação entre estudantes.

“É preciso que nossas formas de pensar e agir sejam sempre ampliadas abrangendo novas experiências. Mas não qualquer experiência, não qualquer contato(porque não podemos esquecer de que o contato com o outro evita o preconceito[...](SANTOS, 2007, v.1,p.53)

Assim, a citação nos remete a reflexão de que tudo isso requer mudanças de posturas, atitudes e aprofundamento dos estudos por parte de todos/as os/as educadores/as, que só poderão realizá-la por meio da formação continuada em serviço e de processos de autoaperfeiçoamentos. Contudo, entendemos que a educação é um projeto de tempo indeterminado, portanto os resultados apresentados serão sempre parciais, mesmo que relevantes.

Cabe aqui salientar que temos que dar continuidade a ações, discussões, reflexões e formações com a temática das relações étnico-raciais, com o objetivo de promover a informação, a reflexão, a alteridade, e o respeito para com o “outro” que ao mesmo tempo se apresenta ímpar e singular em suas especificidades, é alguém diferente de nós, que também se caracteriza como ser humano constituído de inteligência, habilidades e sentimentos, o que o torna igual a nós. Diferença não significa necessariamente desigualdade, é neste contexto que no livro de Gislene Aparecida dos Santos diz com muita pertinência sobre diferença e diversidade, ela afirma que:

“[...]Hoje estamos falando em diversidades e diferença com a esperança que possamos desenvolver o gosto por todos os tons que compõe o mundo”(SANTOS, 2007, v.1, p. 53)

Enfim, é necessário ensinar as nossa crianças a respeitar o que é diferente, pois junto com o outro eu aprendo, cresço, amplio meus conhecimentos e me tornamos sujeitos fazendo e construindo história. Desejo encerrar minhas considerações com as palavras daquele na qual subsidou as minhas reflexões e escrita, Kabengele Munanga:

“Aqui está o grande desafio da educação como estratégia na luta contra o racismo, pois não basta a lógica da razão científica que diz que biologicamente não existe raças superiores e inferiores, como não basta a moral cristã, que diz que perante Deus somos todos iguais, para que as cabeças de nossos alunos. Possam automaticamente deixar de ser preconceituosas. Como educadores, devemos saber que apesar da lógica da razão ser importante nos processos formativos e informativos, ela não modifica por si só o imaginário e essas representações coletivas negativas que se tem do negro e do índio em nossa sociedade. Considerando que esse imaginário e essas representações, em parte situados no inconsciente coletivo, possuem uma dimensão afetiva e emocional, dimensão onde brotam e são cultivadas as crenças, os esteriótipos e os valores que codificam as atitudes, é preciso descobrir e inventar técnicas e linguagens capazes de superar os limites da pura razão e de tocar no imaginário e nas representações. Enfim, capazes de deixar aflorar os preconceitos escondidos na estrutura profunda do nosso psiquismo”(MUNANGA, Kabengele. Superando o racismo na escola. Brasília: MEC, 2000, p. 11.)

Assim, hoje compreendo como foi e é necessário e importante a busca por uma educação anti-racista. Temos muitos avanços, mas sabemos o muito que falta neste caminhar de lutas por uma sociedade menos racista, preconceituosa e discriminatória.

Espero que com este estudo poder ter apontado novos caminhos de investigação que poderão ser percorridos por outros profissionais. Ainda assim, permanece comigo a inquietação de que ainda muita coisa precisa ser investigada e de que há muito a fazer. Ao mesmo tempo, apresento a certeza de que continuarei com esta busca, pois muito aprendi e desejo multiplicar e semear, quem sabe nestas novas experiências teremos resultados mais positivos na construção de uma sociedade menos desigual e mais democrática e ética.

Referências:

BCN - Base Nacional Comum Curricular- BNCC (BRASIL, prefácio, 2015, p. 5)

BENTO, Maria Aparecida Silva, em uma Carta aos Profissionais da “Educação Infantil no livro Educação Infantil”, práticas promotoras de igualdade racial”(2012, p.9)

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno. Parecer n.º 3, de 10 de março de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Diário Oficial da União, Brasília, DF, Seção I, 22 de jun. 2004.

CASTELLS, Manuel. (2002). O poder da identidade. São Paulo: Paz e Terra

CAVALLEIRO, Eliane. (2001). Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola. São Paulo: Editora Selo Negro.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. Introdução. In: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília, 2005

CEFAPRO (Centro de Formação e Atualização de Professores da Educação Básica) do Mato Grosso – Sinop - Barra do Garças, 2007

Censo 1872 que foi consultado no site do IBGE. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/visualiza_coletao_digital.php?titulo=Recenseamento%20Geral%20do%20Brasil%201872%20%20Imp%20do%20Brazil&link=Imperio%20do%20Brazil# Acessado em 18/03/2016

Conselho Nacional de Educação (CNE/CP Resolução 1/2004, Art. 2º § 1º). Constituição Federal de 1988 Em seu texto título I Dos Princípios Fundamentais, ela cita em seu artigo 3º inciso &:

COSTA, Sérgio. O movimento negro e as conquistas anti-racistas In: Dois Atlânticas: Teoria racial, anti-racismo, Cosmopolitismo. Belo Horizonte; Editora UFMG, 2006

Diretrizes Curriculares para a Educação Étnico Raciais(Brasil,2012, p.12)

ECA (estatuto da Criança e do adolescente, em seu capítulo II, do Direito à Liberdade, ao Respeito e a Dignidade, em seus artigos 15 e 16 ressalta que:

Estatuto da Igualdade racial, lançado em 20 de julho de 2010 lei 12.288, p. 11

Estatuto da Igualdade Racial, lei 12.288 de 20 de julho de 2010, p. 7

FIGUEIRA, Vera Moreira. O preconceito racial na escola. Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, n.18, maio, 1990

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

FROTA-PESSOA, Oswaldo. Raça e eugenia In: SCHWARCZ, Lilia Mortiz, QUEIROZ, Renato da Silva (orgs) Raça e Diversidade. São Paulo: EDUSP, 1996.

GOMES, Nilma Lino. “Alguns termos e conceitos presentes no embate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão”. In: Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº10.639/03. Secretaria de Educação continuada. Alfabetização e diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, 2005.

GOMES, Nilma Lino trabalho docente, formação de professores e diversidade étnico racial. Belo Horizonte Autêntica, 2003.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: Secretaria DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE. Educação Anti-racista:caminhos abertos pela Lei Federal n.10.639/03. Brasília:MEC/SECAD, 2005

GOMES, Nilma Lino. O negro no Brasil de Hoje. São Paulo: Global, 2006. (Coleção para Entender)

(HOLANDA, Aurélio Buarque de. Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa. São Paulo: Nova Fronteira, 1986, p. 1187.)

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2007). Síntese e indicadores sociais. Rio de Janeiro

JACCOUB, Luciana - As políticas públicas e as desigualdade racial no Brasil; 120 anos após a abolição – sergei soares, 1ª edição novembro de 2008

KI-ZERBO, Joseph. Para quando África? Rio de Janeiro: Pallas, 2006, p.12.

LDB lei de diretrizes e bases artigo 26 Brasil p.1

LIMA, Flávia Cunha da CEFAPRO (centro de formação e atualização dos professores da educação básica – Barra do Garças, Mato grosso .

LUCIMAR ROSA DIAS - No fio do horizonte: educadoras da primeira infância e o combate ao racismo v.1 EDIÇÃO REVISADA Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo para obtenção do título de doutor em Educação. Área de concentração: Didática, Teorias de Ensino e Práticas éticas Escolares. São Paulo 2007

Ministério da Educação. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília: MEC, [s.d.]. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/>>.

MUNANGA, Kabengele - 'Mito da democracia racial faz parte da educação do brasileiro' diz antropólogo congolês Kabengele Munanga - Geledés <http://www.geledes.org.br/mito-da-democracia-racial-faz-parte-da-educacao-do-brasileiro-diz-antropologo-congoles-kabengele-munanga/#ixzz3zt2ifMWF> – Acesso em 13/03/2016

MUNANGA, Kabengele. As facetas de um racismo silenciado. In: SCHWARTZ, Lilia e QUEIROZ, Renato S. (Orgs.). Raça e diversidade. São Paulo: Edusp, 1996, p. 213-229.

MUNANGA, Kabengele. Superando o racismo na escola. Brasília: MEC, 2000, p. 11.)
_____. “O Racismo no Mundo Contemporâneo”. In: OLIVEIRA, Iolanda (Org.). Relações Raciais: Discussões Contemporâneas. Niterói, Intertexto, 2000.

GOMES, Nilma Lino. O negro no Brasil de Hoje. São Paulo: Global, 2006. (Coleção para Entender)

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: Identidade Nacional versus Identidade Negra. Belo Horizonte, Autêntica, 2004.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. (2003). O sortilégio da cor. São Paulo: Selo Negro.

NOVOA, Antônio. Formação de professores e trabalho pedagógico. Educa: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Lisboa, Portugal, 2002.

OLIVA, Anderson Ribeiro. A História da África nos bancos escolares: representações e imprecisões na literatura didática. Estudos afro-asiáticos, 2003, vol.25, n. 3, p.421-461.

OLIVEIRA, I. (2003). Preconceito e auto-conceito, identidade e interação na sala de aula. In: CANDAU Vera Maria (coord.). Somos todos iguais? Escola, discriminação e educação em direitos humanos. Rio de Janeiro: DP & A.

OSÓRIO, Rafael Guerreiro. O sistema classificatório de “cor ou raça” do IBGE. Brasília: IPEA, 2003. Disponível em http://ipea.gov.br/pub/td/2003/td_0996.pdf acessado em 18/03/2016

Parâmetros curriculares nacionais (secretaria da educação fundamental. Brasília. MEC/SEF, 1997b

Parecer das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília: MEC/CNE.

Preconceito, racismo e discriminação no contexto escolar - Geledés <http://www.geledes.org.br/preconceito-racismo-e-discriminacao-contexto-escolar/#ixzz3ztUGKnAV>. Acesso em 13/03/2016.

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. O negro, seu acesso ao ensino superior e as ações afirmativas no Brasil. IN: BERNADINO, Joaze e GALDINO, Daniela (orgs.). Levando a raça a sério: ação afirmativa e universidade. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2004.

RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: Um estudo de caso sobre os impactos da lei nº 10.639/03 no cotidiano escolar. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias Instituto de Educação- NANICLEISON JOSÉ DA SILVA

RODRIGUES, Tatiane Consentino. Movimento negro e o direito à diferença. In: ABRAMOWICS; BARBOSA; SILVÉRIO (Orgs). Educação como prática da diferença. São Paulo: Ed. Armazém do Ipê, Autores Associados, 2006.

SANTOS, Angela Maria dos, coleção; Vozes e silêncio no cotidiano escolar, as relações raciais entre alunos negros e não-negros. 2007 coleção e educação 4

SANTOS, Boaventura de Souza. A construção multicultural da igualdade e da diferença. Oficina do CES, n. 135, jan. 1999.

SANTOS, Gislene Aparecida dos, livro” Percepções da diferença”Negros e brancos na escola, volume1, 2007,p.53

SILVA, Luciana Santiago. Relações étnico-raciais na escola – a criança negra e a construção da identidade no cotidiano da Educação Infantil. Monografia apresentada a UERJ-FFP, 2009.

SILVA, Luciana Santiago. Relações étnico-raciais na escola – a criança negra e a construção da identidade no cotidiano da Educação Infantil. Monografia apresentada a UERJ-FFP, 2009.

SILVA, Paulo Vinicius B. Desigualdades em livros didáticos e literatura infanto-juvenil. In COSTA Hilton, (org) Notas de história e cultura afro-brasileiras. Ponta Grossa: Editora UEPG/UFPR, 2007

SILVA. Petronilha Beatriz Gonçalves e, Estudos Afro-Brasileiros: africanidades e cidadania. In: ABRAMOWICS, M. de A. B.; GOMES, N. L. (Orgs.). Educação e raça – perspectivas políticas, pedagógicas e estéticas. Belo Horizonte: Autêntica. 2010.

SOUSA, Neusa Santos. Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Graal, 1983. Coleção Tendências; v.4.

SOUZA, Ana Lúcia Silva; CROSO, Camila (Orgs). Igualdade das relações étnicoraciais na escola: possibilidades e desafios para implementação da Lei 10.639/2003. São Paulo: Peirópolis: Ação Educativa, Ceafro e Ceert, 2007.

SOUZA

TELLES, Edward Eric. Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

TEODORO. Maria de Lourdes, Elementos básicos das políticas de combate ao racismo brasileiro. In. Munanga, Kabengele (org.) Estratégias e Políticas de combate discriminação racial. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Estação Ciências, 1996.

XAVIER, J. T. de P. Limites conceituais no estudo das religiões afrodescendentes. In: SANTOS, G.; SILVA, M. P. (Orgs.). Racismo no Brasil. Percepções da discriminação e do preconceito racial no século XXI. São Paulo: Perseu Abramo, 2005

XAVIER, J. T. de P. Limites conceituais no estudo das religiões afrodescendentes. In: SANTOS, G.; SILVA, M. P. (Orgs.). Racismo no Brasil. Percepções da discriminação e do preconceito racial no século XXI. São Paulo: Perseu Abramo, 2005

